Clipping Nacional de EDUCAÇÃO

Brasília, 22 de Outubro de 2019

dgbb assessoria de imprensa
SCN Qd. 01, Bloco A Ed Number One, Sala 1402 - Brasília/DF
ww.dgbb.com.br

O GLOBO | 22/10/19 | ECONOMIA

Controladora da Estácio leva dona do Ibmec por R$ 1,9 bi

Com aquisição, a maior de sua história e a 15ª do setor de educação este ano, Yduqs mira segmento 'premium' e recupera segundo lugar entre instituições privadas

GLAUCE CAVALCANTI
glauce@oglobo.com.br

Ao adquirira Ad talem Brasil, dona de instituições educacionais como o Ibmec, por R$ 1,9 bilhão, a Yduqs (ex-Estácio Participações) mira o segmento premium do ensino superior e recupera a segunda colocação no ranking de maiores instituições privadas no segmento de graduação do país, segundo dados da consultoria Hoper Educação. Coma transação, aYduqs volta a superara Unip, que figurou em segundo lugar em 2018, atrás da Kroton (atual Cogna), que segue na liderança. A confirmação do negócio ontem levou as ações daYduqsa subirem 4,36%, aR $40,02.

A Yduqs comprou o braço da americana Adtalem no Brasil, que reúne outras quatro marcas, além do Ibmec: Wyden, de ensino superior, e os cursos Damásio, Clio e SJT Med. Juntos, os dois grupos somam 678 mil alunos e receita líquida de R$ 4,48 bilhões, considerando o período de 12 meses encerrado no segundo trimestre de 2019. É a 15ª transação desse tipo este ano no setor de educação.

MAIOR AQUISIÇÃO DO GRUPO

A operação, a maior da história da Yduqs, confirma os dois principais motores de crescimento anunciados pelo grupo ao mudar de nome, em julho: retomar aquisições e avançar no segmento de maior valor. No mês, passado, a Yduqs comprou a UniToledo (SP).

— Entendemos que, para crescer, precisamos trazer gente com experiência de qualidade no setor, de referência. Não há outra marca tão conceituada em Administração quanto oIbmec. Procuramos a Ad ta leme a negociação aconteceu. Vai originara unidade de negócios premium da Yduqs —disse Eduardo Parente, presidente da companhia.

Essa unidade vai abraçar também o curso de Medicina da Yduqs, para o qual o grupo investe em instalações de alto padrão na Barra da Tijuca, que devem ficar prontas em 2020. O grupo quer se tornar referência no segmento, o mais lucrativo do ensino superior. O núcleo será gerido por Thiago Sayão, que atuava como presidente da Adtalem Brasil. Segundo a Yduqs, o negócio também vai fortalecer sua presença em Norte e Nordeste.

—Todas as marcas e professores se mantêm. Cresce a capacidade financeira —disse Parente, lembrando que a compra ainda depende do aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

No mercado, a avaliação do negócio foi positiva:

— Ao diversificar o portfólio, a Yduqs ganha poder de mercado, e os ganhos operacionais e financeiros em escala podem proporcionar uma melhor solução ao cliente final —diz Ilan Arbetman, analista da Ativa Corretora.

Para Paulo Presse, da consultoria Hoper, a operação vai além do número de alunos:

—Ao adquirir marcas de referência, a Yduqs ganha atrativos para o negócio como um todo. Está comprando duas grandes pontas de expansão: no ensino a distância, de maior crescimento, e no premium, o de maior tíquete médio.

O GLOBO | 22/10/19 | SOCIEDADE

“Se o professor é só transimissor, botem logo uma máquina no lugar”

“Em Portugal, nunca se pôs em causa o valor da educação pública e a liberdade dos professores em sala de aula. É uma situação que temos hoje no Brasil”

BRUNO ALFANO
bruno.alfano@extra.inf.br

O que é o “império cognitivo" e por que chegou ao fim?

Éofimd as epistemologias do Norte, de um conhecimento que é todo produzido na Europa, EUA e Canadá, e reproduzido por autores do Sul. Ele está em crise porque a própria Europa está em crise. O capitalismo globa lestá em uma fase de exaustão. Os jovens de 15 e 16 anos, como a Greta [Thunberg, jovem ambientalista], na Suécia, estão numa situação que conseguem imaginar o fim do mundo mais fácil, por causa da crise ecológica, do que o fim do capitalismo. Isso os deixa desesperados. O capitalismo é uma coisa histórica, teve um princípio e terá um fim. Agora, não há planeta B. Os jovens estão desesperados por não haver nem uma melhoria nesse sistema.

O que são as “epistemologias do Sul” que o senhor aponta como alternativa à escola?

Os movimentos indígena, camponês, de mulheres, afroquilombola produzem conhecimento extraordinário e nos seriam absolutamente preciosos quando enfrentamos, por exemplo, a crise ecológica. A educação desconhece todo esse conhecimento por não o considerar valoroso. Eu acabei de vir da África do Sul. Lá, os estudantes negros chegam às escolas, mas elas continuam a ensinar uma cultura branca que os alienam, os tiram do sistema, os levam aos uicídioeà depressão. Sentem-se na escola, mas não parte da escola. No Brasil, muitas populações sentem o mesmo. As “epistemologias do Sul” são esforços para que todos os jovens no sistema educativo se sintam em casa porque ele também reproduz o seu conhecimento.

Como esses conhecimentos entrariam na escola?

Primeiro, através dos alunos que vêm dessas culturas. No Brasil, durante muito tempo, eles não entraram na educação. Foi preciso o Prouni e outras leis que permitiram que a juventude negra e indígena começasse a entrar na universidade. Hoje, eles têm uma presença muito razoável, mas não no pessoal docente. E também, em geral, não no currículo. No Brasil, porém, temos experiências pioneiras, que não são muito conhecidas. Na faculdade de Medicina de Manaus, médicos tradicionais de medicina ribeirinha vãoàfaculdade explicar seus conhecimentos aos alunos, sobretudo depois que a OMS (Organização Mundial da Saúde) disse que essas medicinas tradicionais eram muito importante para as condições crônicas. Nãoé um movimento anticiência.Se eu quero iràLua,preci sode conhecimento científico, mas, se eu quiser conhecer a biodiversidade da Amazônia,te nhoque ir às populações indígenas. Para diferentes objetivos, precisamos de diferentes tipos de conhecimento.

Como vê o ambiente para a pesquisa científica no Brasil?

O Brasilé, em termos de pesquisa, um apaís de desenvolvimento intermediário que fez avanços tecnológicos nas ciências, e especialmente nas ciências aplicadas, altamente reconhecidos. A UF F, por exemplo, tem avanços tecnológicos na área da física absolutamente notáveis de nível mundial. Também não é por acaso que a Embraer era um dos três grandes fabricantes de aviões. Nos EUA, nas ligações regionais, só andamos de aviões da Embraer. Da mesma forma a indústria de petróleo. Absolutamente de primeira linha, masque está sendo sucateada.

O senhor foi consultor da Constituição do Equador de 2008. O que se pode aprender com os indígenas agora?

Essa Constituição de 2008 pela primeira vez acolhe, dentro de um texto eurocêntrico, moderno, conceitos indígenas, como os direitos da natureza. Essaéagr andei novação que o Equador nos deu. O que

aconteceu agora, obviamente, é que o texto da C ons ti tuiçãoé muito bonito, mas não se aplicou. E o resultado está aí. O país está em chamas, arrasado. O continente está amostrar que o neoliberalismo chegou ao fim. Os portugueses, a partir de 2016, fizeram uma descoberta de que o neoliberalismo é uma mentira. Não cria boa imagem para o país, não cria paz social e não cria investimento. E o Brasil, em breve, será o próximo. Quando as pessoas começarem a sentir no bolso ascon se quênciasd essas políticas neoliberais, eventualmente traduzir-se-á em convulsão social.

Paulo Freire tem sido atacado por setores conservadores. É possível educar sem levar em conta a realidade do estudante?

Não pode existir. A Escola sem Partido é uma escola com partido, com muita ideologia. Ela defende que o professor é um transmissor de conteúdos e não um educador. Ora, então acabemos com as pessoas e coloquemos umas máquinas quaisquer a falar com os estudantes. Não penso que Paulo Freire foi tão decisivo nas escolas de Educação quantos e pensa. Ele foi, por um período, quase mais conheci dono exterior doque aquino Brasil. Eu o conheci. Não era um doutrinador. Era um conversador.

O que a educação brasileira pode aprender com a portuguesa, que teve importante crescimento nas taxas de aprendizado?

Agrande questão nãoé só a auto estima queé preciso manter nos profissionais, como não degradando seus salários, mas também um discurso público que é fundamental. Ele tem que se sentir acarinhado. E tem que haver investimento. Esse investimento não pôde ter lugar entre 2011 e 2015, quando o país viveu uma experiência neoliberal, e está agora, lentamente, sendo reposto. Mas o segredo de Portugal tem isso. Nunca se pôs em causa o valor da educação pública, nem nunca houve forças políticas que viessem fazer uma apologia 100% à educação privada e muito menos forças conservadoras religiosas que viessem pôr em causa a liberdadedos professores nasal ade aula e a autonomia que eles têm para educar os seus estudantes. É umas itu açãoqu etemos hoje no Brasil eéextre mamente preocupante.

Se o senhor pudesse dar um conselho aos jovens brasileiros que irão fazer o Enem nas próximas semanas, o que diria?

Eu aconselho ao estudante que veja em que sociedade ele vive. Veja a questão da crise climática, como estão as injustiças sociais, acrise da democracia. Veja como estão os sistemas de saúde. Comece ater uma noção de como estão esses problemas e se organize como jovem. Porque os jovens foram, desde maio de 68, uma força extraordinária. O jovem que entrar na universidade deve fazer dela um campo de expansão da sua própria subjetividade. Mas não fazer dele um empreendedor. Um grande crime que estamos cometendo na educação é tentar fazer de todos os estudantes empreendedores. Porque é exigir alguém que seja autônomo sem ter condições. Éa autonomia para estaràes perado emprego que o Uber lhe dá. E tem que voltaras e organizar. A rebelião do estudante é sempre um benefício para a sociedade, mesmo que não se conquiste todas as vitórias.

FOLHA DE SÃO PAULO | 22/10/19 | COTIDIANO

Governo Doria pretende terceirizar merendas de escolas do estado de SP

Pasta da Educação convoca audiência pública; aluno terá que apresentar carteirinha com QR code

Thaiza Pauluze

SÃO PAULO A Secretaria da Educação de São Paulo, sob gestão de João Doria (PSDB), quer terceirizar a merenda de todas as escolas estaduais, desde a compra e distribuição até toda a mão de obra envolvida no preparo dos alimentos. Para receber a comida, os alunos passarão a apresentar uma carteirinha com QR code, um código digital.

A pasta vai fazer uma audiência pública na manhã desta terça-feira (22), com a presença do secretário Rossieli Soares, para discutir a viabilidade de contratar uma empresa para prestar "serviço de gestão da alimentação escolar".

A convocação foi publicada no Diário Oficial do Estado no dia 15 de outubro.

O documento base para contratação prevê que a empresa elabore novos cardápios, priorizando alimentos in natura, e cuide da aquisição dos itens, da logística de distribuição, armazenamento, higienização, e do preparo.

Além disso, também ficará responsável pela manutenção e aquisição de equipamentos e utensílios, adequação das cozinhas, dedetização e por fornecer mão de obra para preparação dos itens (merendeiras) e para limpeza das cozinhas e despensas (faxineiras).

Parte dos serviços poderão ser subcontratados e será possível acrescer ou reduzir a quantidade dos alimentos, sem alteração do preço unitário, observado limite.

A empresa deverá instalar duas câmeras em cada escola: uma dentro da cozinha e outra no local de entrega da merenda aos alunos. As imagens devem ficar armazenadas por ao menos seis meses.

A outra forma de controle da merenda será via carteirinha (impressa ou no celular) com QR code. Os alunos receberão o documento, que deverá ser apresentado para leitura óptica em dois momentos.

Primeiro, quando chegarem à escola, os estudantes terão acesso ao cardápio do dia e terão que decidir se vão comer ou não e apresentar a carteirinha ao fiscal. Após a entrada de todos do turno, o sistema de solicitação será fechado. A ideia é medir a quantidade de refeições e lanches a serem preparados. Na hora de pegar a merenda, o aluno deve apresentar a carteirinha de novo.

O contrato de terceirização terá vigência de 30 meses, podendo ser prorrogado. Não há, no texto, a previsão do preço unitário de cada refeição.

A rede estadual tem 5.500 escolas, com 3,5 milhões de alunos, e oferece 3 milhões de refeições por dia (parte dos alunos não come a merenda —ou traz de casa ou compra na cantina).

Em 2018, o governo do estado gastou R$ 881 milhões com a alimentação escolar.

Hoje, a Secretaria da Educação centraliza metade da compra e entrega de alimentos da rede. Funciona assim: a pasta é encarregada de comprar cada um dos itens, por meio de licitação, e distribuir 1,5 milhão de refeições para 120 municípios.

O gasto é de R$ 2,58 por dia com cada aluno. Em 2018, foram gastos R$ 262 milhões com a compra de alimentos —83% com verba federal— e R$ 339 milhões com logística.

A outra metade é servida

Merenda na Escola Estadual Maria José, na Bela Vista, em SP; governo Doria quer terceirizar serviço Rivaldo Gomes - 1º ago.16/Folhapress

Polêmicas de Doria e a merenda

Farinata Em 2017, quando estava na prefeitura, o tucano defendeu a adoção no cardápio dos alunos de uma farinha preparada com uma combinação de alimentos, a farinata —após críticas, ele voltou atrás

Nutricionista suspeita Para cuidar do programa de alimentação das escolas, a gestão trouxe a nutricionista Vanessa Alves Vieira, exonerada após suspeita de envolvimento na chamada máfia da merenda. Ela assumiu o mesmo cargo que tinha à época, mas não foi nomeada em Diário Oficial —uma irregularidade

Frigoríficos interditados Neste ano, a Secretaria da Educação firmou contrato de fornecimento de carne para merenda com três frigoríficos suspensos pelo Ministério da Agricultura. Após reportagem da **Folha**, a pasta demitiu três funcionários. Mas, sem punição, um dos frigoríficos autuados voltou a ganhar licitações

Sem tempero Em outubro, uma escola estadual na Vila Esperança, na zona leste da capital, passou a pedir aos alunos que levassem alimentos de casa para complementar as refeições, como temperos

por 525 municípios paulistas, por meio de convênios. Ou seja, a secretaria repassa a verba e a gestão municipal se encarrega da compra e distribuição da merenda.

Com os convênios, foram gastos R$ 280 milhões no ano passado. Cada aluno, por dia, custou R$ 1,30, sendo parte (R$ 0,94) paga pelo estado e o restante vindo dos cofres federais. Os municípios acrescentam mais um valor, que varia.

Nesse modelo, a secretaria vê como desafios a fiscalização da qualidade das refeições e a prestação de contas. No primeiro, os imbróglios são com a distribuição e o gerenciamento dos contratos com fornecedores.

Parte das merendeiras já são terceirizadas. Segundo a própria secretaria, merendeiras concursadas estão "em extinção" no estado, mas, questionada, a pasta não respondeu que percentual as terceirizadas representam do total.

A Secretaria da Educação afirmou que a audiência pública tem como objetivo ouvir a sociedade e buscar contribuições "para posteriormente, se julgar pertinente, adotar alterações no modelo existente". Ainda segundo a pasta, não existe nenhuma definição adotada por ora.

Em maio do ano passado, a Polícia Federal deflagrou a Operação Prato Feito para apurar desvios de recursos federais para a merenda, uniformes e material didático em pelo menos 30 municípios do estado de São Paulo.

De acordo com as investigações, prefeitos eram procurados por lobistas em época de campanha eleitoral com propostas de financiamento em troca da terceirização da merenda escolar.

As empresas, que formavam um cartel, estipulavam os valores dos lances e quem venceria cada licitação. Elas garantiam que as outras na disputa não venceriam com pagamento de propinas para que os contratos tivessem cláusulas que direcionassem o certame.

Em setembro deste ano, 96 pessoas foram indiciadas pela PF, entre prefeitos, empresários e servidores. Foram devassados 65 contratos, cujos valores totais ultrapassavam R$ 1,6 bilhão.

FOLHA DE SÃO PAULO | 22/10/19 | CIÊNCIA

Sem verbas, cientistas brasileiros buscam bolsas em Portugal

Número de pesquisadores do Brasil que se candidataram a bolsas mais do que dobrou entre 2018 e 2019

Giuliana Miranda
LISBOA

Em meio aos sucessivos cortes de financiamento à ciência no Brasil, cada vez mais pesquisadores brasileiros têm apostado nos programas de fomento à pesquisa de Portugal. Após um período de austeridade econômica, o país europeu aumentou os investimentos em ciência e tecnologia nos últimos três anos.

Dados da FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) compilados a pedido da Folha indicam que a quantidade de brasileiros pleiteando --e conseguindo-- bolsas de pós-graduação em Portugal disparou nos últimos anos.

Em 2016, apenas três brasileiros tiveram bolsa aprovada pelo órgão, que é o principal instrumento público de financiamento à pesquisa em Portugal. "Até setembro de 2019, o número subiu para 62. Uma alta de 1.966%.

O número total de brasileiros se candidatando às bolsas mais do que dobrou em um ano: foram 185 em 2018 e 388 em 2019.

O número, no entanto, pode ser ainda maior, uma vez que pessoas com dupla cidadania portuguesa ou de outro país da União Europeia muitas vezes não estão contabilizadas na categoria de brasileiros.

Além da FCT, várias universidades também dispõem de bolsas próprias, muitas delas ocupadas por brasileiros, que formam com folga a maior comunidade de alunos estrangeiros no país europeu (cerca de 32% dos estudantes internacionais).

Já no Brasil, o governo federal anunciou uma série cortes a verbas para ciência. Uma das principais agências de fomento, o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) afirmou que não financiará novos pesquisadores em 2019.

Aluna de doutorado na Universidade do Minho, no Norte do país, a brasileira Lina Moscoso diz que o fato de ter uma bolsa de pesquisa portuguesa acabou ampliando o escopo de sua pesquisa, focada em mídias alternativas do Brasil, de Portugal e da Espanha.

"Acho que estar na Europa abre mais o leque [da pesquisa]. Talvez, se eu estivesse no Brasil, tivesse feito só sobre o Brasil, até porque o país tem uma diversidade enorme", diz. "Eu incluí Portugal na investigação porque estou aqui. É um país que está começando a despertar para isso [mídias alternativas], há um crescimento. No fim foi bom eu ter incluído Portugal também, porque dá fazer um comparativo importante. Enriqueceu meu trabalho", diz.

Com um trabalho na área de engenharia ambiental, a carioca Maria Mayrinck tem uma bolsa de pesquisa no Cima (Centro de Investigação Marinha e Ambiental) da Universidade do Algarve, onde finaliza o mestrado.

A instituição, que foi a segunda no país a aceitar o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) como forma de ingresso para a graduação, atingiu em 2019 a marca de 10% de seus estudantes oriundos do Brasil.

"Acho que a bolsa internacional ajuda a diversificar a pesquisa. No meu caso, a ideia é internacionalizar ao máximo as informações que eu trago da minha experiência no Brasil", diz.

Em nota, a FCT destacou o aumento de estrangeiros fazendo pesquisa em Portugal. "Um 'ecossistema' favorável de promoção e de partilha de conhecimento permitiu a Portugal atrair recursos humanos qualificados, pelo que os investigadores estrangeiros representam já cerca de 10% do total. A ciência apenas tem a ganhar com o multiculturalismo e intercâmbio cultural e profissional de pessoas altamente qualificadas, como são os membros da comunidade científica", diz a instituição.

Quem opta por uma bolsa portuguesa enfrenta um processo que pode ser burocrático, demorado e caro. A parte mais complicada, segundo os bolsistas, é a validação dos diplomas brasileiros.

O concorrido processo seletivo para as bolsas de pós-graduação leva em conta o currículo acadêmico dos candidatos. Por isso, para conseguir uma boa pontuação e ter chances de obter o financiamento, é fundamental ter a graduação validada. E é aí que começam os obstáculos.

Embora a lei portuguesa tenha sido alterada para diminuir a burocracia, diversos estudantes relatam demora além do prazo legal de 180 dias para a finalização do processo. Os custos da documentação podem ultrapassar os 300 euros (cerca de R$ 1.300).

"Não é uma maravilha. É um processo que tem muitas dificuldades e é demorado", avalia Maria Mayrinck.

A doutoranda Lina Moscoso tem a mesma opinião. "O processo é longo e é preciso estar preparado. Fiquei um semestre inteiro à espera do resultado. Fui aprovada em março, recebi o resultado em julho e só comecei a receber em abril do ano seguinte", compara.

Para a ex-presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) Helena Nader, a saída de pesquisadores, principalmente de doutorado e pós-doutorado, pode er impactos na ciência produzida no Brasil.

"Já dá para falar em fuga de cérebros", avalia. "Só que mais grave do que a fuga de cérebros é a fuga do brasileiro da ciência, dos jovens talentosos que acham que já não dá para fazer pesquisa no Brasil. Isso é muito sério", diz.

Nader chama a atenção também para o fato de que, ao contrário das bolsas do governo brasileiro, as verbas estrangeiras não exigem que os pesquisadores retornem ao país após os estudos. "Muitos vão para não voltar."

O ESTADO DE S. PAULO | 22/10/19 | METRÓPOLE

Sem pessoal, fundo do MEC faz força-tarefa

Isabela Palhares

Após perder funcionários que atuavam na área de tecnologia da informação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ligado ao Ministério da Educação (MEC), montou uma força-tarefa para realocar servidores de outras áreas do órgão e conseguir fazer a manutenção e atualização dos sistemas informatizados e bancos de dados. A decisão ocorreu depois que o coordenador da área afirmou que teria de suspender as atividades por falta de pessoal.

Entre as atividades paralisadas, a que pode ter repercussão mais grave é a análise e tratamento dos dados referentes ao Censo Escolar 2020. As informações são necessárias para calcular todo o repasse de recursos da União para as redes estaduais e municipais de ensino. Ou seja, a não atualização do banco de dados e o uso de informações inconsistentes podem afetar todo tipo de programa, como o de merenda, verba para manutenção das escolas, transporte escolar, entre outros.

O Estado apurou que a maioria dos funcionários realocados pela força-tarefa não tem formação ou qualificação para esse tipo de trabalho, uma vez que atua em outras atividades. De acordo com o ofício que informou a suspensão das atividades, várias seções, incluindo a de administração de dados, são "compostas 100% por terceiros" – ou seja, dos dois contratos de terceirizados encerrados neste ano. O FNDE informou que os convocados da força-tarefa são servidores técnicos das áreas finalísticas que vão trabalhar em parceira com os servidores da diretoria de tecnologia da informação.

A decisão de realocar os funcionários foi tomada depois de um ofício interno da Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Sistemas (CGDES) alertar que não poderia mais desempenhar suas atividades, por tempo indeterminado, por falta de pessoal. O documento foi enviado no dia 4 de outubro e a publicação, informando sobre a força-tarefa, foi feita no dia 15.

Desde julho, os servidores do FNDE vêm alertando os superiores sobre as dificuldades para manter as atividades por falta de pessoal. A situação foi agravada no último mês, com a não renovação de um contrato com a empresa Ewave do Brasil Informática, que levou à saída de 65 profissionais da área de tecnologia da informação.

Anteriormente, em julho, o MEC decidiu anular um contrato de acordo de assistência técnica com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), que estava em vigor desde 2008 – a suspensão ocorreu após suspeita de irregularidades na contratação. Em agosto, conforme mostrou o Estado, o órgão já começou a sentir os primeiros impactos da decisão por não conseguir analisar dentro dos prazos judiciais todo o passivo de 20 mil processos relativos ao Financiamento Estudantil (Fies).

Negativa. Em nota, o FNDE informou que o contrato com a Ewave, de R$ 11 milhões, é alvo de uma auditoria no Tribunal de Contas da União (TCU). Como não houve conclusão sobre o processo, optou-se por não renovar o contrato e abrir um novo processo para seleção da empresa que prestará os serviços. O órgão diz que não há "descontinuidade dos serviços ou prejuízo à manutenção dos sistemas informatizados."

O ESTADO DE S. PAULO | 22/10/19 | ECONOMIA

Após aquisição, Yduqs vai brigar por liderança

Fernanda Guimarães

A Yduqs, ex-Estácio Participações, passou a brigar pela liderança do mercado brasileiro de educação. Com a compra da americana Adtalem, por R$ 2,2 bilhões, a empresa passará a ter faturamento anual de R$ 4,5 bilhões. A maior do mercado, a Cogna, ex-Kroton, faturou R$ 5,5 bilhões em 2018.

Do total a ser pago à Adtalem, R$ 1,9 bilhão à Adtalem será feito à vista, com caixa da Yduqs e financiamento de R$ 1 bilhão. O caixa da Adtalem em 30 de junho, de R$ 305 milhões, também comporá o valor do acordo, elevando o total do negócio para R$ 2,2 bilhões.

Dona de marcas como a escola de negócios Ibmec e da rede especializada no setor jurídico Damásio Educacional, a Adtalem chegou a ser procurada pela Ser Educacional, Anima Educação e Chaim Zaher, ex-sócio da Estácio, apurou o Estadão/Broadcast.

A aquisição ocorre dois anos depois de o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) ter frustrado os planos de venda da Yduqs (então Estácio) para a Kroton.

Com a maior aquisição já feita, a Yduqs colocará à sua base 102 mil alunos, com valor médio de mensalidade maior do que o cobrado pela Estácio. A Yduqs terá, ao fim do processo, 678 mil alunos.

Uma das maiores vantagens do negócio, segundo a empresa, é o potencial de crescimento por meio das marcas adquiridas. O presidente da empresa, Eduardo Parente, afirma que as mais de 15 marcas da Adtalem serão mantidas e serão fundamentais na expansão regional, em especial na hora de ofertar o ensino a distância (EAD).

No mercado, a percepção é de que outros movimentos de consolidação devem ocorrer, especialmente fora do eixo Rio–São Paulo.

Novo padrão de carteirinha

A Carteira de Identificação Estudantil (CIE), documento que permite benefícios como a meia-entrada em eventos, agora será padronizada, conforme portaria do Ministério da Educação (MEC), publicada ontem, no Diário Oficial da União. Os dados dos estudantes integrarão o Sistema Educacional Brasileiro (SEB), que subsidiará a formulação de políticas públicas e para a expedição do documento gratuitamente.

A padronização visa facilitar o reconhecimento do usuário, além de evitar fraudes na emissão e utilização. O MEC estabelece critérios para o documento, como as informações que devem ser apresentadas e quais os procedimentos para a emissão e validação, além do padrão de características físicas para a CIE física. No caso das carteirinhas digitais, é necessária a certificação do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação e da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira.

Para garantir o benefício, os estudantes devem estar matriculados e apresentar no documento dados como o nome completo, foto recente, CPF e data de nascimento. A CIE perderá a validade quando se desvincular do estabelecimento de ensino cadastrado no SEB.

Antes da criação do sistema, os documentos eram fornecidos por entidades estudantis a uma taxa de R$ 35, entre elas a União Nacional dos Estudantes e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. O SEB não impede que elas continuem fornecendo. (CL)

Contingenciamentos das estruturas

» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Periodicamente, as universidades estatais brasileiras têm sofrido fortes contingenciamentos de recursos financeiros, devido a cortes de verbas nos orçamentos federais. Quase sempre os governos depois suspendem o contingenciamento, mas o desastre está cometido e irrecuperável. Pior até do que pouco recurso é a intermitência que impõe o funcionamento irregular da universidade. São cortes nas veias do país: porque modernamente o principal fator de produção econômico é o conhecimento. Tirar apoio das universidades provoca sangria no conhecimento e asfixia o país.

Diante da previsível crise fiscal que o Brasil atravessa é preciso reduzir gastos do setor público, mas sem deixar as universidades definharem, porque isso significa definhar o futuro. Quando luta por mais recursos, a universidade luta pelo futuro do país, essa é sua obrigação, e não uma motivação corporativa. Mas essa luta precisa entender a realidade das restrições fiscais impostas pela irresponsabilidade, pelos desperdícios e pela corrupção no comportamento dos políticos e nas prioridades da política que caracterizam nossa história, inclusive nos últimos governos. Se não entender isso, a universidade não entenderá a realidade, e não terá justificativa para receber mais recursos por ser o centro da inteligência nacional.

Por isso, uma das principais tarefas da universidade é usar o seu potencial intelectual e político para indicar onde os orçamentos públicos do Brasil devem reduzir gastos, mordomias, privilégios para dispor do dinheiro necessário para financiar nossa infraestrutura física e intelectual. A universidade precisa lutar contra a corrupção e os desperdícios, fontes dos deficits que agora impõem contingenciamento: apenas os gastos com o Estádio Mané Garrincha, símbolo do desperdício e da corrupção, que a comunidade da UnB assistiu ser construído sem criticar, permitiria cobrir o contingenciamento imposto em 2019 em todas as universidades do Brasil.

Mesmo entendendo isso e superando a falta de recursos financeiros, a universidade, centro máximo de geração do conhecimento, deve entender que seu maior e pior contingenciamento é estrutural: o corte de cérebros que a educação de base lhe impõe. Desde a fundação de nossa primeira universidade, em 1922, entre 20 milhões e 30 milhões de brasileiros morreram no passado ou vivem hoje em estado de analfabetismo. Isso representa um gravíssimo contingenciamento que os professores, alunos e servidores da universidade ignoram. Se apenas metade deles tivesse terminado um bom ensino médio, e desses a metade entrado na universidade, seriam 5 milhões a 8 milhões de cérebros que enriqueceriam a universidade. Perdemos cerca de 20 milhões de cérebros se apenas 25% de nossos atuais 70 milhões de analfabetos funcionais tivessem entrado na universidade. A baixa qualidade da educação de base representa o mais grave contingenciamento de recursos que sofre a universidade.

Apesar disso, nas mobilizações para impedir o suicídio nacional pelo contingenciamento de verbas, não se vê cartazes pedindo um programa pela erradicação no analfabetismo ou pela federalização da educação de base, nem o aumento no valor do Piso Nacional do Salário do Professor da educação de base. A universidade, apesar de ser a base da formação do saber nacional, não usa seu saber para entender e denunciar que o contingenciamento estrutural é ainda mais grave do que o contingenciamento fiscal que impede seu avanço.

Deveria entender outros contingenciamentos que também amarram e asfixiam as universidades, tais como o corporativismo, a convivência com governos que

praticam corrupção, desperdícios, prioridades equivocadas, preferência por narrativas falsas levando ao isolamento em relação à realidade, submissão a siglas, no lugar de participação no debate de ideias.

Depois de meses sob a asfixia, o governo anuncia que graças à recuperação de receitas vai suspender o contingenciamento de verbas, sem pedir desculpas pelos estragos irrecuperáveis das interrupções sofridas nesse período. Com esses recursos as universidades se acomodarão, porque reivindicam apenas o fim do contingenciamento fiscal, não percebem a gravidade dos contingenciamentos estruturais que seguem impedindo o desempenho de toda sua potência.

Agência Brasil

http://agenciabrasil.ebc.com.br/

21/10/2019

Instituições particulares poderão participar do Pisa para Escolas

Avaliação permitirá comparação com resultados de outros países

Por Mariana Tokarnia - Repórter da Agência Brasil Brasília

A Fundação Censgranrio e escolas particulares firmaram nesta segunda-feira (21) um convênio com que permitirá às instituições privadas participar do Pisa para Escolas (Pisa-S) em 2020. A avaliação internacional permitirá que as escolas comparem os próprios resultados com o desempenho de estabelecimentos de outros países. A adesão é voluntária.

O Pisa-S é uma avaliação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) baseada no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), exame internacional voltado para estudantes de 15 anos de cerca de 70 países. Assim como no Pisa, são avaliados os conhecimentos em matemática, ciências, leitura e habilidades socioemocionais e coletados dados socioeconômicos e informações sobre o ambiente de aprendizagem, entre outros.

O convênio foi firmado entre a Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) e a Fundação Censgranrio, única instituição brasileira credenciada pela OCDE. As escolas que desejarem participar da avaliação devem fazer a adesão por meio dos 22 sindicatos estaduais. Para tanto, será necessário preencher determinados requisitos, entre os quais, um mínimo de 42 alunos, com idade de 15 anos, e ter computadores disponíveis para que todos façam a prova.

Cada escola participante da avaliação recebe um relatório detalhado, com evidências sólidas acerca dos fatores que afetam o seu desempenho e com indicações de como promover a melhoria da aprendizagem para todos os estudantes. Os relatórios individuais de cada escola são de domínio da escola ou rede de ensino, e não é permitido divulgar os resultados obtidos sem autorização expressa dos gestores escolares. A partir deste ano, o Pisa será oferecido por meio de plataforma da OCDE e todas as provas serão online.

O Pisa-S será aplicado em instituições privadas a partir de maio de 2020. Os estudantes responderão a questões de múltipla escolha e 44 questões dissertativas. Os alunos também respondem um questionário que investiga o clima escolar, o contexto ocioeconômico, a relação entre professores e alunos, entre outros assuntos.

A avaliação foi oficialmente lançada no Brasil em junho deste ano, mas já foi aplicada em um projeto piloto, em 2017, no país. Participaram, naquele ano, 46 escolas, sendo 13 escolas particulares e 33 públicas, das quais 23 eram da cidade de Sobral, no Ceará.

Após o lançamento oficial, entre as escolas públicas, São Paulo foi o primeiro estado este ano a aderir ao Pisa-S. No mundo, o Pisa para Escolas já foi aplicado em mais de 2,5 mil escolas de 11 países.